



BRASIL, UM JOVEM PAÍS DE CABELOS GRISALHOS

WALKIRIA NASCIMENTO VALADARES DE CAMPOS; MARCIA MARIA DE MEDEIROS

RESUMO

Os trabalhos que versam sobre envelhecimento populacional como fenômeno é relativamente recente, surgem a partir da segunda metade do século XX e são decorrência da transição demográfica e epidemiológicas globais. **Justificativa:** Que, mantidas os dados censitários de crescimento da população brasileira com 60 (sessenta) anos ou mais nas próximas décadas, o Estado e dos diversos segmento da sociedade civil precisam urgentemente se organizar para atender às demandas sociais, de saúde e previdenciários relacionadas aos idosos. **Objetivos:** Analisar a dinâmica do crescimento demográfico brasileiro em um contexto de transformações socioeconômicas e culturais. **Métodos:** Trata-se de levantamento bibliográfico realizado através de busca em Base de Dados do *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Google Acadêmico, além de sites oficiais. **Resultados:** Surge novos desafios aos diferentes segmentos sociais, visto à longevidade como uma conquista para a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, afim de alcançar seu potencial para o bem estar físico, social e mental das populações. **Conclusão:** O aumento da longevidade conjugado com a economia brasileira na atualidade provocará altos investimentos sociais, tanto na saúde como na previdência social considerando os aspectos heterogêneos do processo de envelhecimento e, que o país não está preparado para suportar, pois, grande proporção da população ainda vive com iniquidades e injustiças sociais. Cabe mencionar a necessidade de profissionalização, aperfeiçoamento e institucionalização de ações que integrem às políticas públicas para a mitigação do desequilíbrio das contas públicas, dos serviços de saúde e proteção social, para a atual e às futuras gerações para que todos possam se beneficiar e adaptar-se uma velhice digna e saudável, evocando maiores esforços das políticas públicas para às questões dos gêneros, etnia e raça considerando que homens e mulheres ainda, são tratados de maneira homogênea.

Palavras-chave: Censo demográfico; Envelhecimento Populacional; Idosos; Políticas públicas; Transição demográfica;

1 INTRODUÇÃO

Uma vida longa, antes de tudo, é uma conquista incrivelmente valiosa da humanidade. A Organização Mundial de Saúde (2005), exortou o mundo ao fato que, pela primeira vez na história a proporção de pessoas com idade superior 60 (sessenta) anos cresce mais rapidamente do que em qualquer outra faixa etária e, esta transformação demográfica é única, irreversível e não deve ser ignorada.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define um país “envelhecido” quando a proporção de pessoas acima de 60 anos ultrapassa 14% reforçando o alerta para o fato que antes de 2050 chegaremos a extraordinários 30% de pessoas idosas no mundo. E, este

envelhecimento populacional exercerá pressão passiva em uma sociedade já atravessado por questões multifacetada encapsulada pela pobreza e suas intoleráveis iniquidades sociais (PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 2016).

O envelhecimento da população é uma tendência inexorável, países desenvolvidos ou em desenvolvimento estão experienciando algum estágio do processo de transição demográfica, seja em ritmos, níveis ou dimensões temporais completamente diferentes em cada localidade, à exceção da África (devido à AIDS) e em alguns Estados recém-independentes (OMS, 2005).

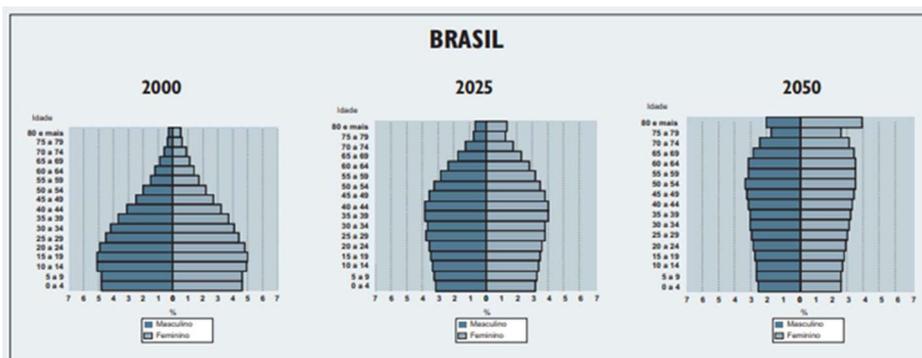
Em 1950, havia cerca de 205 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no mundo (UNFPA, 2023). O número de pessoas mais velhas quadruplicou em 2012 para quase 810 milhões, constituindo 11,5% da população global. As estimativas apontam que a população mundial alcançará algo em torno de 1,2 bilhões de pessoas idosas até 2025, a Terra acolherá cerca de 21,1% de pessoas idosas até 2050, algo em torno de 2 bilhões de pessoas, sendo que 80% viverão nos países em desenvolvimento.

De acordo com a ONU o Brasil deve ocupar a sexta posição no ranking mundial em quantidade de idosos, destacando na sequência por ordem decrescente a China (264,7 milhões), Índia (148,7 milhões), EUA (79,3 milhões), Japão (44,4 milhões), Rússia (32,9 milhões) com uma expectativa de vida de 88 anos (ONU, 2022). Os idosos representarão cerca de 30% da população brasileira em 2025, enquanto as crianças e os adolescentes, 14% (BRASIL, 2021)

O Censo Demográfico 2022 divulgado pelo IBGE aponta o crescimento da população 6,45% a frente a última edição, realizada em 2010. A população ultrapassou 212,7 milhões de brasileiros, o que representa 7,6% ante a 2012, evidenciando neste período o salto de indivíduos com 60 anos ou mais de 11,3% para 14,7% da população total. Em números absolutos, esse grupo etário passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões, crescimento expressivo de 39,8% no período, considerando a taxa de crescimento de 0,52% ao ano, o menor nível da série histórica (IBGE, 2022).

À medida que a proporção de crianças e adultos-jovens é reduzido, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais, eleva-se (Figura 1). No cenário brasileiro destaca-se o estreitamento da pirâmide etária e suas mutações no traçado tradicionalmente geométrico do crescimento populacional brasileira (triangular) ante de 2002, substituída por uma estrutura mais cilíndrica e conseqüentemente a inversão da sua forma, refletindo a evolução demográfica nas últimas décadas, frente as mudanças sobre o gênero, faixa etária, idade média da população e longevidade, entre outros dados (OMS, 2005; BRASIL, 2006)

Figura 1 - Envelhecimento da População Brasileira, por sexo, nos anos 2000, 2025 e 2050.



Fonte: BRASIL, 2006. Envelhecimento da população brasileira, por sexo, nos anos de 2000, 2025 e 2050.

O relatório final Estatísticas de Saúde Mundiais, publicado pela OMS confirmam uma tendência ascendente e generalizada, as mulheres vivem mais do que os homens em todos os lugares do mundo, sobretudo em países de alto rendimento, destacando também as diferenças nas causas das mortes entre os gêneros (ONU, 2019). Desde a década de 1950 quando começou o processo de transição epidemiológica as mulheres brasileiras despontavam com uma maior expectativa de vida ao nascer; os homens brasileiros vivem em média 7,2 anos menos que as mulheres (BRASIL, 2022).

A população mundial ultrapassou 8 bilhões de pessoas, descortinando as grandes melhorias relacionadas a saúde pública que contribuíram para a redução dos riscos de morrer e conseqüentemente aumentaram a expectativa de vida (UNFPA, 2023). A cada ano são integrados mais de 650 mil idosos à população brasileira (VERAS, 2009).

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar que o Sistema Único de Saúde e da Previdência Social brasileiro não estão preparados para atender essa realidade latente e tende a sentir os efeitos da longevidade muito rapidamente

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho trata de um estudo de levantamento bibliográfico realizado através de busca em Base de Dados do *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, Google Acadêmico e, sítios oficiais. A realização desta pesquisa se deu como pré-requisito avaliativo da disciplina denominada “Avaliação das Necessidades em Saúde para o Ensino em Saúde” do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Ensino em Saúde, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

Para a busca dos artigos foram utilizados, os descritores: “envelhecimento populacional” e “transição demográfica” e “idosos”, o período de busca dessa pesquisa foi entre abril e setembro de 2023. Quanto aos critérios de exclusão, foram dispensados os estudos que não responderam à temática ou não estavam gratuitamente disponíveis na sua integralidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O envelhecimento populacional deve ser examinado mais de perto, abordando nas suas devidas proporções questões que inclui, a globalização, a industrialização, a urbanização, as mudanças nas estruturas familiares (famílias menores), questões relacionadas ao gênero, classe social, localização geográfica, raça e etnia. Além, das atrações migratórias internas e estrangeiras, aos avanços científico-tecnológicas e da medicina agravando a estratificação e a segregação social existente. Inclusive às alterações climáticas e ambientais para a implantação de políticas públicas (ONU, 2005)

Camarano (2002) discorre sobre as faces do processo de envelhecimento demográfico e a heterogeneidade da velhice que extrapolam a composição etária, destaca os desafios impostos às políticas públicas na supressão das demandas oriundas das questões do gênero (feminilização da velhice e a viuvez), saúde, níveis educacionais, as relações intergeracionais, as experiências profissionais, tipo de residência, as questões raciais e étnicas, aos elevados índices de violência contra as pessoas idosas nas suas diversas manifestações sociais, econômicas, simbólicas, suas implicações e que ultrapassam a análise criminal.

O envelhecimento é um processo que atravessa os gêneros de forma diferente e essas diferenças têm importantes implicações para as políticas e o planejamento de programas públicos (UNFPA, 2023). As mulheres são maioria das pessoas idosas, no Brasil representam 51,1% da população, cerca de 60% das mulheres que moram sozinhas são idosas, quanto aos afazeres domésticos, a mulher preta (84,1%) são as que mais executam afazeres domésticos

(IBGE, 2020; IBGE, 2022). A proporção de mulheres alfabetizadas cresceu significativamente, algo em torno de 146%, especial destaque, está no fato, o rendimento feminino é menor em todas as categorias de aposentadoria (CAMARANO, 2002).

A razão do sexo, quociente entre o número de pessoas do sexo masculino e do feminino, apontou que há uma diferença de 95,6 homens para cada 100 mulheres. Destaque importante, é que nasce mais meninos do que meninas, mas essa diferença diminuía medida que a idade avança. Camarano (2002) destaca as alterações no padrão de mortes. Principalmente, a morte prematura na idade adulta, por causas externas ou não naturais e atingem com maior intensidade os homens (IBGE, 2022).

A Região Nordeste segue diferenciada, apontando uma concentração de 102,3 homens para cada 100 mulheres, maior concentração dos grupos com idade mais jovens, cerca de 30,7% dos indivíduos menores de 18 (dezoito) anos de idade, a Bahia concentra (21,5%) e o Rio de Janeiro (14,2%); destacando-se também como os estados com maior concentração de pessoas pretas (IBGE, 2022). A pesquisa aponta que o percentual de pessoas que cuidam de idosos no total de pessoas que exercem cuidados é maior em estados do Nordeste, como Rio Grande do Norte (15,2%), primeiro no ranking nacional, Maranhão (12,3%), Ceará (11,9), Paraíba (11,7%), Piauí (11,3%), Bahia (11,3%) e da região Norte, como Tocantins (11,5%) e Amazonas (11,4%) (IBGE, 2020)

As forças impostas pela urbanização associadas a industrialização, transforma radicalmente uma sociedade, valores tradicionais são substituídos, informações técnicas tornam-se mais valiosas que os conhecimentos acumulados que podem ser transferidos de uma geração para outra, mudanças nas estruturas dos arranjos familiares, elos familiares são desfeitos, dando lugar a novas configurações familiares implicando em reduções das condições e da disponibilidade para cuidar das pessoas idosas (KALACHE; VERAS; RAMOS, 1987).

A predominância feminina entre os idosos é relativamente maior nas áreas urbanas, nas rurais, predominam os homens (CAMARANO, 2005). A população idosa cresce em todas as grandes regiões, destacando a Região Sudeste que concentra cerca de 16,6% das pessoas com 60 anos ou mais e no Sul (16,2%), por outro lado, apenas 9,9% residem na Região Norte (IBGE, 2022)

A principal atividade requerida pelos idosos dentro dos domicílios (83,4%) foi monitorar ou realizar companhia, brasileiros que se dedicaram a cuidar de seus parentes com idade superior a 60 anos, saltou de 3,7 milhões em 2016 para 5,1 milhões em 2019. Em meados de 2022 cerca de 50,8 milhões de pessoas com 14 anos ou mais realizaram cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores (IBGE, 2020)

As transformações vistas nas últimas 7 (sete) últimas décadas, repercutem significativamente nas condições de vida e trabalho da população, que impreterivelmente impactam direta ou indiretamente nas demandas socioeconômicas, tais como, nas situações de saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, justiça social aos diversos grupos sociais e este aumento demandará por uma assistência especializada que acarretam altos custos especialmente ao Sistema de Saúde e a Previdência Social (BRASIL, 2005).

4 CONCLUSÃO

O privilégio de alcançar uma vida mais longa trouxe preocupações urgente e emergente a sociedade, no entanto, não podemos enxergar a longevidade populacional restritamente como um aspecto demográfico. É, necessária uma ampla visão sobre os aspectos culturais, históricos, econômicos e psicossociais; especialmente no que se refere ao sistema de proteção social às populações. Cabe mencionar a necessidade de profissionalização, aperfeiçoamento e institucionalização de ações que integrem às políticas públicas para a

mitigação do desequilíbrio das contas públicas, dos serviços de saúde e proteção social, para a atual e às futuras gerações para que todos possam se beneficiar e adaptar-se uma velhice digna e saudável, evocando maiores esforços das políticas públicas para às questões dos gêneros, etnia e raça considerando que homens e mulheres ainda, são tratados de maneira homogênea.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica Saúde do Idoso. – Brasília, 2010. 44 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006, v. 12) ISBN 978-85-334-1620-8 1. Saúde do Idoso. 2. População Idosa. 3. Envelhecimento CDU 613.98

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 858). Disponível em https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0858.pdf Acesso em 21 de setembro de 2023

CAMARANO, A. A. **O envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0858.pdf Acesso em 24 de setembro de 2023

<https://brazil.unfpa.org/pt-br> <https://unric.org/pt/envelhecimento/>
<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/>
<https://www.un.org/development/desa/pd/news/world-population-ageing-2019-0>

IBGE, **Projeção da população do Brasil por sexo e idade:2000-2060** Disponível Disponível em:

http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm. Acesso em 22 de setembro de 2023

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). **Agência IBGE, projeção da população 2018: Número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>. Acesso em 21 de setembro de 2023

KALACHE, A.; VERAS, R. P.; RAMOS, L. R. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. *Revista de Saúde Pública*, v. 21, n. 3, p. 200–210, jun. 1987.

OMS. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 61 p., 2005. Disponível em https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf Acesso em 20 de setembro de 2023

ONU. **População com mais de 60 anos alcançará 1 bilhão de pessoas em uma década**. Disponível em <https://unicrio.org.br/populacao-com-mais-de-60-anos-alcancara-1-bilhao-de->

peessoas-em-uma-decada/ Acesso em 20 de setembro de 2023

PESSINI, Leo. **Envelhecer com saúde Ecos da II Assembleia Mundial sobre o envelhecimento**. Disponível em <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/bioetica/envelhecer-com-saude-ecos-da-ii- assembleia-mundial-sobre-o-envelhecimento/> Acesso em 20 de setembro de 2023

VERAS, R. **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações**. Revista de Saúde Pública, v. 43, n. 3, p. 548–554, maio 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsp/a/pmygXKSrLST6QgvKyVwF4cM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21 de setembro de 2023